



2016

Estudo Econômico da América Latina e do Caribe

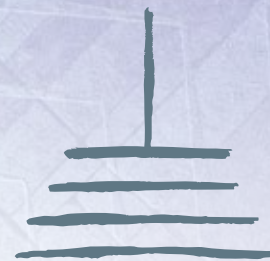
A Agenda 2030 para o Desenvolvimento
Sustentável e os desafios do financiamento
para o desenvolvimento



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Documento informativo



2016

Estudo Econômico da América Latina e do Caribe

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento
Sustentável e os desafios do financiamento
para o desenvolvimento



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Alicia Bárcena
Secretária Executiva

Antonio Prado
Secretário Executivo Adjunto

Daniel Titelman
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico

Ricardo Pérez
Diretor da Divisão de Publicações e Serviços Web

O *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe* é um documento anual da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A elaboração da edição de 2016 foi chefiada por Daniel Titelman, Diretor da Divisão, e a coordenação esteve a cargo de Jürgen Weller.

Nesta edição, a Divisão de Desenvolvimento Econômico contou com a colaboração da Divisão de Estatísticas, das sedes sub-regionais da CEPAL no México, D.F. e Port of Spain e dos escritórios nacionais da Comissão em Bogotá, Brasília, Buenos Aires, Montevideu e Washington, D.C.

As seções da primeira parte, “Situação econômica e perspectivas para 2016”, se baseiam em insumos preparados pelos seguintes especialistas: contexto internacional: Cecilia Vera; setor externo: Cecilia Vera e Claudia de Camino; atividade econômica: Ramón Pineda, Alejandra Acevedo, Claudio Aravena e Pablo Carvallo; preços: Ramón Pineda e Alda Díaz; emprego e salários: Jürgen Weller; política monetária, cambial e macroprudencial: Ramón Pineda, Rodrigo Cárcamo, Alejandra Acevedo, Alda Díaz e Adriana Matos; política fiscal: Ricardo Martner, Juan Pablo Jiménez, Michael Hanni e Ivonne González.

A segunda parte, “A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os desafios do financiamento para do desenvolvimento”, contou com contribuições de Ricardo Martner, Ivonne González, Michael Hanni e Ignacio Ruelas (capítulo II), Ricardo Martner, Juan Carlos Gómez Sabaini, Michael Hanni, Juan Pablo Jiménez, Dalmiro Morán e Andrea Podestá (capítulo III) e Esteban Pérez, com insumos de Cecilia Vera e assistência de Javier Ahumada, Manuel Cruz, Cecile Poulard e Matías Rodríguez (capítulos IV e V).

As notas sobre os países baseiam-se nos estudos realizados pelos seguintes especialistas: Dillon Alleyne (Jamaica), Anahí Amar e Daniel Vega (Argentina), Rodrigo Cárcamo (Peru), Cameron Daneshvar (Honduras e República Dominicana), Claudia de Camino e Michael Hanni (Estado Plurinacional da Bolívia), Stefanie Garry (El Salvador e Guatemala), Randolph Gilbert (Haiti), Sonia Gontero (Paraguai), Michael Hendrickson (Bahamas e Belize), Cornelia Kaldewei (Equador), Álvaro Lalanne (Uruguai), Sheldon McLean (Guiana e União Monetária do Caribe Oriental), Rodolfo Minzer (Panamá), Carlos Mussi (Brasil), Ramón Padilla (Costa Rica), Machel Pantin (Suriname e Trinidad e Tobago), Esteban Pérez (Chile), Ramón Pineda (República Bolivariana da Venezuela), Juan Carlos Ramírez, Olga Lucía Acosta, Tomás Concha e Yaddi Miranda (Colômbia), Juan Carlos Rivas (México), Indira Romero (Cuba), Jesús Santamaría (El Salvador), Nyasha Skerrette (Barbados) e Francisco Villarreal (Nicarágua).

Karina Araya, Alda Díaz e José Luis Germán colaboraram na preparação das informações estatísticas e apresentação gráfica.

Notas explicativas

- Os três pontos (...) indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.
- O travessão (-) indica que a quantidade é nula ou desprezível.
- A vírgula (,) é usada para separar os decimais.
- A palavra “dólares” refere-se a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.
- A barra (/) colocada entre cifras que expressem anos (por exemplo, 2013/2014) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.
- Já que às vezes se arredondam as cifras, os dados parciais e as percentagens apresentadas nos quadros nem sempre somam o total correspondente.



Apresentação e resumo executivo

Apresentação

Em sua edição número 68, que corresponde a 2016, o *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe* consta de três partes. A primeira resume o desempenho da economia regional em 2015 e analisa a evolução durante o primeiro semestre de 2016, bem como as perspectivas de crescimento para o ano. Examina os fatores externos e internos que incidiram no desempenho econômico da região e destaca alguns dos desafios para as políticas macroeconômicas num contexto externo caracterizado por baixo crescimento e elevados graus de incerteza.

A seção temática deste estudo analisa os desafios que os países da América Latina e do Caribe enfrentam no âmbito interno e externo para mobilizar o financiamento para o desenvolvimento. No âmbito interno, a desaceleração do crescimento e as maiores restrições fiscais impõem importantes desafios à mobilização de recursos. No âmbito externo, a condição de países de renda média dificulta o acesso ao financiamento externo concessional ou à cooperação internacional.

A terceira parte, que está disponível no site da CEPAL (www.cepal.org), contém as notas referentes ao desempenho econômico dos países da América Latina e do Caribe em 2015 e no primeiro semestre de 2016, bem como os respectivos anexos estatísticos. A informação apresentada foi atualizada em 30 de junho de 2016.

Resumo executivo

A. Situação econômica e perspectivas para 2016

Num contexto de crescente incerteza na economia mundial e de importante queda da demanda interna nos países da região, mantém-se a projeção de contração do PIB regional em 2016, que levará a uma contração econômica pelo segundo ano consecutivo. Em 2016, espera-se uma queda de 0,8% no produto, cifra significativamente maior que a observada em 2015 (0,5%). Isto implica uma diminuição de 2,0% no PIB per capita.

Como em anos anteriores, a evolução do crescimento tem sido muito heterogênea entre países e sub-regiões. As economias do norte da região receberam o impulso derivado do preço reduzido da energia, recuperação da demanda externa e receita de remessas, bem como de uma dinâmica inflacionária que permite a existência de algum espaço para as políticas de estímulo à demanda agregada interna. As economias do sul da região enfrentam uma importante deterioração dos termos de troca, menor demanda agregada externa (da China e dos parceiros intrarregionais) e considerável redução do espaço para adotar políticas de estímulo à demanda. Neste contexto, prevê-se uma contração do crescimento de 2,1% na América do Sul e uma contração de 0,3% no Caribe, enquanto na América Central se espera um crescimento de 3,8%.

Em 2016, prevê-se contração econômica em quatro países latino-americanos e dois caribenhos, a saber: Argentina, Brasil, Equador e República Bolivariana da Venezuela; Suriname e Trinidad e Tobago.

A dinâmica de crescimento observada reflete fatores tanto externos como internos. No que se refere ao contexto externo, não se espera um crescimento significativo da economia mundial, que manterá os baixos níveis observados nos últimos anos, com uma taxa em torno de 2,4%, cifra muito semelhante à de 2015. As economias desenvolvidas se desacelerarão levemente este ano (-1,8%), enquanto o ritmo de crescimento das economias em desenvolvimento se manterá em níveis similares aos de 2015 (3,8%). De particular importância para a região é o crescimento da China, que em 2015 chegou, pela primeira vez desde 1990, a menos de 7%; em 2016 prevê-se que essa taxa chegue a 6,4%.

Concomitantemente com a dinâmica de baixo crescimento do PIB, as taxas de crescimento do volume de comércio mundial continuam muito baixas e se situam em níveis ainda inferiores aos registrados antes da crise financeira mundial. Nos primeiros três meses de 2016, o volume do comércio mundial de mercadorias caiu 1% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que reflete a diminuição do volume exportado pelos Estados Unidos, pelo Japão e pelas economias emergentes da Ásia. Em 2016, cabe esperar um aumento do volume de comércio mundial similar ao de 2015, em torno de 2,8%.

À menor demanda externa soma-se a tendência à queda dos preços dos produtos básicos. No início de 2016, esses preços sofreram quedas intensas e durante o ano se recuperaram. No que resta de 2016 não se esperam variações significativas em relação ao observado no segundo trimestre do ano. Esta trajetória até o final de ano significa que a média dos preços em 2016 será menor que em 2015. Por exemplo, o preço do petróleo cru diminuirá 21% em relação a 2015, o do cobre 13%, o do minério de ferro 23% e o da farinha de soja 14%.

Os mercados financeiros internacionais iniciaram 2016 com uma volatilidade acentuada; embora ela tenha sido mitigada em certa medida ao longo do primeiro semestre, prevê-se que durante o ano a volatilidade seja elevada. Em 23 de junho de 2016 realizou-se no Reino Unido um referendo no qual se votou a favor da saída do país da União Europeia (o chamado *brexit*), o que contribuiu para aumentar a volatilidade financeira e a incerteza sobre o crescimento econômico. Uma maior aversão ao risco na economia mundial tenderia a reduzir a disponibilidade de financiamento para os mercados emergentes, incluindo a região da América Latina e do Caribe.

Espera-se que os efeitos do *brexit* no crescimento da América Latina e do Caribe em 2016, se houver, sejam menores e resultem principalmente de maior incerteza e volatilidade nos mercados financeiros mundiais. Os efeitos de médio prazo na região chegariam sobretudo através do canal comercial e do crescimento econômico. Pela via comercial direta, estima-se que não serão de magnitude, dado que o vínculo comercial da região com o Reino Unido é reduzido. Contudo, os efeitos indiretos por meio dos impactos no crescimento econômico de outros parceiros comerciais da América Latina são mais difíceis de prever e dependerão de como será afetado o crescimento da Europa, dos Estados Unidos e da economia mundial em geral.

Quanto aos fatores internos, um fato significativo é o processo de desaceleração da demanda interna, com queda do investimento e do consumo. Em 2015, a demanda interna caiu 1,6%, com redução do consumo final (-0,2%) e da formação bruta de capital (-6,5%). Desde o segundo trimestre de 2015, o consumo privado deixou de ser o componente que sustentava a demanda. Por outro lado, as exportações líquidas mostraram um aumento considerável em 2015, explicado não somente pelo aumento das exportações (4,1%), mas também pela queda das importações (-2,2%).

A dinâmica da demanda interna reflete importantes heterogeneidades entre países. Na América Central o crescimento do PIB é explicado principalmente pelo consumo privado, cuja contribuição cresceu em detrimento do investimento, enquanto a contribuição do consumo público se manteve estável. Muito diferente é o que se observa na América do Sul, onde a contribuição do consumo privado e do investimento foi negativa durante 2015 e a do consumo público não foi especialmente significativa, enquanto a contribuição das exportações líquidas foi positiva.

Em 2016 mantém-se a heterogeneidade no desempenho econômico das sub-regiões e dos países. Como aconteceu em 2015, o resultado regional em 2016 obedecerá principalmente à queda do crescimento de duas das maiores economias da região: Brasil (-3,5%) e República Bolivariana da Venezuela (-8,0%). Se excluirmos estes dois países, o crescimento do PIB regional se situará em 1,8%.

A queda da demanda interna coincide com os dados do primeiro trimestre de 2016, os quais mostram que na América Latina o investimento e o consumo privado continuam sofrendo contração e que, como ocorreu no quarto trimestre de 2015, o consumo público também se contraiu. Este seria o oitavo trimestre consecutivo de queda do investimento e o quinto de diminuição do consumo privado.

Novamente, esta dinâmica regional é explicada sobretudo pelo que ocorre nas economias da América do Sul, posto que no caso das economias da América Central e México tanto o investimento como o consumo contribuem positivamente para o crescimento.

O impacto da desaceleração econômica na taxa de desemprego aumentou. Em 2015 registrou-se o primeiro aumento da taxa de desemprego aberto regional desde 2009 (o segundo desde 2002). Especificamente, o enfraquecimento da geração de empregos assalariados provocou uma diminuição de 0,3 ponto porcentual na taxa de ocupação urbana. Em resultado da menor geração de empregos assalariados, expandiu-se o

trabalho por conta própria, o que significou uma queda na qualidade do emprego. A taxa de desemprego alcançou 7,4% em 2015, o que supõe um aumento significativo em relação aos 7,0% registrados em 2014¹.

Durante o primeiro trimestre de 2016 continuou a deterioração das principais variáveis do mercado de trabalho na região. Para um conjunto de 12 países, estima-se nova queda interanual da taxa de ocupação, tratando-se do oitavo trimestre consecutivo com deterioração. Por sua vez, a taxa de participação mostrou acentuado aumento interanual, provocando uma elevação considerável da taxa de desemprego urbano regional e piora da composição do emprego, com aumento do trabalho por conta própria. Contudo, observa-se uma diferença clara entre os países sul-americanos, nos quais predominaram processos de deterioração dos indicadores de trabalho, e o México e os países centro-americanos, onde esses indicadores foram mais favoráveis. Espera-se que no resto do ano continuem as tendências observadas durante os primeiros meses, projetando-se um aumento da taxa de desemprego regional em torno de 0,7 ponto percentual, o que levaria a taxa de desemprego a cerca de 8,1%.

Por sua vez, no início de 2016, nos países com informação disponível, observa-se uma diminuição de 1% na taxa de crescimento do salário real (e queda do salário real no Brasil e na Colômbia), o que, junto com a debilidade da geração de empregos, se reflete no baixo dinamismo do consumo das famílias.

A capacidade dos países da região para acelerar o crescimento econômico depende do espaço para adotar políticas que apoiem o investimento, o que será fundamental para minorar os efeitos de choques externos e evitar consequências significativas no desempenho das economias no médio e longo prazo. Estas políticas devem ser acompanhadas de esforços para potencializar as parcerias público-privadas em favor do investimento.

No âmbito fiscal, durante 2015 o déficit global dos governos centrais da América Latina mostrou tendência altista e chegou a uma média de 3,0% do PIB. A dinâmica do déficit reflete diferentes combinações de redução da receita tributária, aumento do gasto público e pagamento de juros da dívida pública. Na maioria dos países o ajuste das contas fiscais levou a uma diminuição significativa dos gastos de capital, afetando a dinâmica do investimento público. Em geral, com poucas exceções, nos países da América Latina a dívida pública como proporção do PIB se manteve estável, em torno de 30%, embora em alguns casos se detecte uma aceleração do endividamento das empresas públicas.

As cifras preliminares para 2016 indicam que se manterão as tendências das receitas e despesas públicas observadas em 2015. As receitas públicas continuaram diminuindo no primeiro trimestre de 2016, acompanhadas de um maior declínio dos gastos públicos, o que repercutiu numa melhoria da média do resultado global de 0,2 ponto percentual do PIB no primeiro trimestre de 2016.

No Caribe de língua inglesa, a dívida pública do governo central alcançou 73,4% do PIB em 2015. Dos 13 países analisados, oito aumentaram o nível de endividamento; a Jamaica é o país com a maior dívida pública (121,7% do PIB), embora, com uma queda de seis pontos percentuais do PIB, se encontre entre os países com maiores diminuições da dívida em relação a 2014. O custo desses níveis de dívida aumentou em 2015, e na Jamaica o pagamento de juros chegou a 7,8% do PIB.

No que se refere às políticas monetárias, a dinâmica da inflação observada em 2015 e nos primeiros meses de 2016 condicionou as medidas adotadas pelas autoridades monetárias. As economias do norte da região, que mostram menores taxas de inflação,

¹ O nível da taxa informado aqui não coincide com os dados publicados pela CEPAL no *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe 2015* devido a mudanças metodológicas.

tiveram mais espaço para aplicar políticas monetárias de apoio à demanda agregada, enquanto nas economias do sul diminuiu o espaço para a aplicação deste tipo de políticas.

Os movimentos das taxas de juros da política monetária ou dos agregados monetários se traduziram em desaceleração da média do crédito interno, o que afeta negativamente a demanda interna, em particular o consumo e o investimento.

Como ocorreu em 2015, nos primeiros meses de 2016 as moedas dos países da região tenderam a se enfraquecer frente ao dólar e as taxas de câmbio se mantiveram altas, embora alguns países tenham registrado correções em relação aos níveis alcançados em dezembro de 2015. Este foi o caso do Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru. Contudo, outros países cujas moedas já tinham perdido valor em 2015, como a Argentina e o Uruguai, registraram desvalorizações ainda maiores no início de 2016. Desta forma, entre dezembro de 2014 e maio de 2016 todos os países da região cujos dados a CEPAL acompanha registraram desvalorizações nominais frente ao dólar, com exceção do Estado Plurinacional da Bolívia. Cabe destacar que, entre esses países, sete registraram desvalorizações nominais acima de 20%: Argentina (68,4%), Brasil (34,1%), Haiti (32,2%), Uruguai (30,9%), Colômbia (27,1%), Paraguai (20,3%) e México (20,1%).

Em resultado da queda dos superávits comerciais dos países da região e da maior volatilidade cambial, as reservas internacionais diminuíram 5% em 2015. Contudo, nos primeiros quatro meses de 2016 as reservas internacionais mostraram recuperação de 1,8% em relação ao fim de 2015, mas ainda estão abaixo do nível de 2014. Cabe destacar que, nesse lapso, as reservas diminuíram em 11 economias, sendo que na República Bolivariana da Venezuela, Suriname e Uruguai a queda foi superior a 10%. Neste período, 15 economias conseguiram consolidar as reservas internacionais e em cinco delas (Argentina, Bahamas, El Salvador, Panamá e Paraguai) o aumento foi superior a 10%.

Conforme mencionado, a dinâmica inflacionária condicionou os espaços de política monetária. Em 2016, espera-se uma trajetória da taxa de inflação semelhante à de 2015, quando a inflação baixou nas economias do norte da região e se acelerou nas economias do sul. Na média da região (sem incluir Argentina e República Bolivariana da Venezuela), a inflação acumulada de 12 meses em abril de 2016 alcançou 6,1%, em comparação com a taxa de 6,4% registrada em dezembro de 2015.

B. Dinamizar o crescimento e os desafios do financiamento para o desenvolvimento

Conforme assinalado, a dinâmica de crescimento da região reflete, por um lado, as incertezas e os choques negativos provenientes da economia mundial e, por outro, uma forte queda do consumo e investimento interno. Para retomar o caminho de crescimento, é preciso reverter a dinâmica dessas variáveis com ênfase no investimento, o que exige uma importante mobilização de recursos financeiros.

As crescentes dificuldades que o financiamento da política fiscal anticíclica enfrenta nos países da região, somadas ao fato de serem países de renda média —o que dificulta o acesso ao financiamento externo concessional ou à cooperação internacional—, fazem com que a mobilização de recursos internos e externos para financiar o investimento seja uma prioridade nas políticas dos países no futuro próximo.

Neste contexto, os capítulos temáticos desta edição do *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe* se concentram em analisar os desafios que os países da América Latina e do Caribe enfrentam na mobilização de financiamento para o desenvolvimento sob uma ótica interna e externa.

O capítulo II examina os efeitos da mudança de ciclo econômico nas finanças públicas, como a redução dos recursos tributários e não tributários e o aumento paulatino do endividamento público, reduzindo o espaço fiscal disponível para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Argumenta-se que, para recuperar esse espaço fiscal, será necessário realizar reformas integradas e sustentadas nas finanças públicas a fim de assegurar a solvência do setor público, proteger o investimento, garantir os avanços sociais e ampliar os recursos tributários.

As estimativas apresentadas sugerem que os multiplicadores são altos e significativos na região e que, em particular, o multiplicador de investimento público é superior a dois ao cabo de dois anos. Por isso, reduzir os gastos públicos de maneira indiscriminada é altamente prejudicial, pois se corre o risco de aprofundar o ambiente recessivo; é fundamental proteger o papel-chave do investimento público no crescimento potencial das economias da região.

Ante o imperativo de mobilizar recursos para o financiamento do desenvolvimento e promover o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o capítulo reafirma a necessidade de mudar as características que as estruturas tributárias dos países costumam apresentar, a saber: arrecadação baixa e insuficiente, com algumas notáveis exceções; progressividade nula devido à debilidade do imposto de renda e às ínfimas alíquotas pagas pelo decil mais rico; evasão alta, estimada em 6,7 pontos do PIB regional; base tributária erodida pela proliferação de incentivos fiscais. Daí a importância de fortalecer o imposto sobre a renda.

O capítulo III examina a evasão fiscal relacionada com a inserção externa dos países da região. Quanto maior a inserção de um país na economia mundial, maior é a possível erosão da base tributária. Essa erosão tem fundamentalmente três origens: a proliferação de incentivos fiscais; o desvio de benefícios e o planejamento tributário agressivo; e os fluxos financeiros ilícitos derivados do comércio internacional e dos movimentos de capital.

A capacidade que as empresas multinacionais e transnacionais têm atualmente para desenvolver mecanismos de planejamento tributário agressivo e desvio de benefícios deteriora a capacidade dos países para reter receitas fiscais que poderiam servir para o financiamento dos processos de desenvolvimento ou o emprego de instrumentos de política redistributiva para obter a equidade social e superar a pobreza.

As perdas fiscais associadas com a evasão e a elusão no âmbito internacional são significativas. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) estimam que a evasão alcança entre 100 e 240 bilhões de dólares por ano, o que equivale a entre 4% e 10% da arrecadação do imposto sobre a renda das pessoas físicas. As estimativas da CEPAL mostram que na última década as saídas em cifras brutas originadas na manipulação dos preços do comércio internacional registraram um aumento médio anual de 9% na região e chegaram a 765 bilhões de dólares no período 2004-2013, o que equivale a 1,8% do PIB regional. As perdas tributárias da região relacionadas com essas saídas ficaram em torno de 31 bilhões de dólares em 2013 (0,5 ponto percentual de PIB). Este resultado equivale a entre 10% e 15% da arrecadação efetiva do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas nesse ano.

O capítulo IV constata que o financiamento externo para o desenvolvimento sofreu importantes mudanças nas últimas décadas em termos de fontes, instrumentos e composição dos fluxos financeiros. Para os países da região, a importância dos fluxos de assistência oficial para o desenvolvimento diminuiu significativamente, enquanto os fluxos de origem privada se transformaram na principal fonte de financiamento

dessas economias. Entre estes, destaca-se o investimento estrangeiro direto (IED), cujo valor para toda a América Latina se situou em cerca de 2,6% do PIB regional em 2014 e representou mais de 60% dos fluxos totais que a região recebeu. Por sua vez, as remessas e os fluxos de carteira equivaleram a cerca de 1,0% e 1,5% do PIB, respectivamente.

A dependência do financiamento privado apresenta problemas muito significativos do ponto de vista do financiamento para o desenvolvimento. Em primeiro lugar, nem todos os países têm o mesmo acesso às fontes de financiamento externas. O acesso de um país ou conjunto de países ao financiamento externo privado depende de uma série de fatores, entre eles o tamanho da economia, as percepções de risco (que em alguns casos refletem a história macroeconômica do país), a estrutura produtiva, o estado da infraestrutura e o nível de educação e especialização da força de trabalho. Em segundo lugar, os fluxos privados, incluindo o IED, são pró-cíclicos e, às vezes, podem ser altamente voláteis, o que pode contribuir para amplificar as flutuações dos ciclos econômicos. Em terceiro lugar, o comportamento dos fluxos de capital privado revela que sua motivação principal é o benefício econômico, motivo pelo qual o investimento pode ser insuficiente em áreas cruciais para o desenvolvimento sustentável, como a redução da pobreza e a melhoria da infraestrutura, se o rendimento esperado (ajustado pelo risco correspondente) for insatisfatório em relação às oportunidades alternativas de investimento.

Canalizar e alinhar o capital privado para promover o desenvolvimento sustentável implica a criação de incentivos que atraiam o investimento privado para as necessidades de produção e desenvolvimento das economias da América Latina e do Caribe. Isto requer intervenções governamentais para formular incentivos apropriados, que incluam critérios de rentabilidade social na análise de custo-benefício, o fornecimento de financiamento público a setores que geram benefícios sociais significativos mas não atraem suficientes fluxos privados, a ajuda para manter perfis de risco-rentabilidade capazes de atrair capital privado e dirigi-lo para os objetivos de desenvolvimento e a criação de marcos normativos apropriados.

O capítulo V examina a inclusão financeira nos países da região e argumenta que ela é um requisito para que os sistemas financeiros sejam funcionais para um desenvolvimento econômico e social sustentável. Nos sistemas financeiros não inclusivos, as pequenas empresas e as pessoas de menor renda não conseguem acesso aos serviços financeiros. Da mesma maneira, os sistemas financeiros não inclusivos mostram importantes brechas de gênero no acesso e uso dos serviços.

A inovação financeira pode servir como catalisador da inclusão financeira das famílias e empresas através de um maior aprofundamento do sistema financeiro. Em termos de políticas, isto supõe gerar inovações mediante a introdução de novas capacidades, competências e rotinas para melhorar a eficiência, o que inclui melhorias tecnológicas e metodológicas e mudanças nas formas de intermediação. Além disso, é preciso criar novos produtos financeiros para atender a demanda das famílias e empresas.

Para potencializar a inclusão financeira através da inovação, é preciso um esforço de articulação das agendas públicas e privadas em termos de objetivos e prioridades de desenvolvimento. Para isto, é preciso gerar espaços e mecanismos que permitam às políticas públicas atrair e canalizar os esforços do setor privado para objetivos de desenvolvimento inclusivo, por meio de um contexto e incentivos adequados.

Neste contexto, deve-se reforçar a presença dos bancos de desenvolvimento, que ampliam a disponibilidade e o acesso a fontes e mecanismos de financiamento para o setor produtivo e são capazes de expandir os instrumentos e mecanismos para o financiamento levando em conta os requisitos, características e riscos próprios das diversas atividades produtivas.

www.cepal.org



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)
www.cepal.org